



O Ministério Público do Trabalho (MPT) encaminhou nesta quarta-feira (29) ao Departamento de Execução Penal do Paraná (Depen) um pedido de interdição do minipresídio da Delegacia de Maringá.

Segundo o MPT, as condições do prédio colocam em risco a saúde dos funcionários que trabalham no setor. Ao todo, 32 pessoas, entre agentes penitenciários e agentes de cadeia, atuam no minipresídio. O local foi projetado para 115 presos, mas atualmente abriga 250 detentos.

O diretor do Depen, **Luiz Alberto Cartaxo**, disse que presos devem ser transferidos nos próximos dias para outras unidades do estado. "

Est ou trazendo uma autorização secretarial que nos concedeu uma ampliação de 150 alimentações a mais na Casa de Custódia de Maringá. Estamos disponibilizando vagas também na Penitenciária Estadual de Maringá, para que em um curto espaço de tempo, em uma semana no máximo, tenhamos a retirada de todos os presos do minipresídio", informou Cartaxo. (inf G1)

Em reunião com representantes dos segmentos envolvidos na questão, dentre eles o vereador

Luciano Britto

, deputado federal

Ricardo Barros

, juíza da Vara de Execuções Penal,

Jane dos Santos Ramos

, a promotora da VEP,

Valéria Seyr

, o diretor da PEM,

Vaine Gomes

e o delegado-chefe

Osmir Ferreira Neves Junior

, ficou decidido que a Penitenciária Estadual de Maringá receberá até 70 detentos da Casa de Custódia que por sua vez absorverá os presos do mini-presídio da 9ªSDP. O cadeia da Mandacarú tem hoje 30 mulheres presas, a ideia é transferi-las para a Delegacia de Paiçandu ou para outra da região. Algumas celas serão mantidas ainda na 9ªSDP para abrigar presos em situação de flagrante. {jcomments on}